

# BOLETIM



**ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS  
BRASILEIROS**

IMPRESSO

Fas. 78285 Clas. PER  
Boletim da Associação dos  
Arquivistas Brasileiros  
a.6 n.3-4  
jul./dez. 1996 ex.2

## EDITORIAL

### Lia Temporal Malcher

Presidente da AAB

Dois importantes acontecimentos marcaram o ano de 1996 na área da Arquivologia: o XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Beijing, China, de 02 a 07 de setembro, e o XI Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado na Cidade do Rio de Janeiro, de 21 a 25 de outubro, este coincidindo com as comemorações dos 25 anos de fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Durante o Congresso de Beijing vários eventos paralelos tiveram lugar: a Assembléia Geral do Conselho Internacional de Arquivos - CIA, a Reunião Anual da Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos - CITRA e a Reunião Geral da Seção das Associações de Profissionais de Arquivo - SPA. Juntamente com os presidentes da Associação de Arquivistas do Japão e da Associação dos Arquivistas da Catalunha, Espanha, fomos convidados a apresentar uma comunicação sobre o papel das Associações de Profissionais no início do século XXI. Enfrentando, talvez, maiores dificuldades, já que a AAB não conta com nenhum apoio governamental ou extra-governamental na manutenção de sua infra-estrutura, vimos, com satisfação, que a nossa Associação tem atuado em consonância com elevado padrão ético e de eficiência, buscando a valorização e o aperfeiçoamento do arquivista, situando-se entre as Associações que mais têm se destacado nestes últimos anos.

Apresentando grande harmonia temática, ambos os Congressos privilegiaram as principais questões arquivísticas da atualidade, dentre as quais avulta o impacto das tecnologias da informação nos arquivos e no trabalho dos arquivistas, além da necessidade do fortalecimento de políticas de cooperação entre instituições arquivísticas e afins, facilitando a implantação de ações conjuntas, fundamentais ao seu desenvolvimento e ao intercâmbio entre os profissionais que lhes dão suporte.

O XI Congresso Brasileiro de Arquivologia atingiu plenamente seus objetivos técnico-científicos e de socialização profissional. Contando com a participação de 788 congressistas, 115 conferencistas, sendo 12 convidados do exterior, o XI Congresso Brasileiro de Arquivologia destacou-se pelo elevado conteúdo dos trabalhos apresentados. Orgulhamo-nos de nossos colegas brasileiros, a eles se somando Jorge Palacios Preciado (Presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA e Diretor do Arquivo Geral da Nação, Colômbia); Maria Berarda Salabarría (Diretora do Arquivo Nacional de Cuba); Luciana Duranti (Professora da School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Cana-

dá); Raquel Monteiro (Diretora-Substituta do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde); Victor Pineda (Diretor-Substituto do Arquivo Geral da Nação, México); Peter Horsman (Presidente do Committee of Archival Automation- Conselho Internacional de Arquivos - CIA); Antonio González (UNESCO); Ramón Alberch y Fugueras (Diretor do Arquivo de Barcelona, Espanha); Julia Maria Rodriguez (Presidente da Associação Nacional de Arquivistas e Bibliotecários da Espanha); Branka Maria Tanodi (Universidade Nacional de Córdoba, Argentina); Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra, Portugal) e Alcía Barran (Universidade do Uruguai), que, prestimosamente, atenderam ao nosso convite, muito contribuindo para o êxito do evento.

Entretanto, não podemos deixar de aqui consignar nossa perplexidade pela ausência de apoio governamental à realização do XI Congresso Brasileiro de Arquivologia. Com exceção da CAPES, que nos doou quatro passagens do exterior, e da Secretaria Municipal de Cultura, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que colaborou na confecção do material impresso, os demais órgãos financiadores de projetos aos quais a Associação recorreu negaram seu apoio. Aí aflora a grande diferença, ou seja, o grande fosso cultural que separa os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento. Em plena era da informação, os arquivos representam não só o suporte indispensável à eficácia da ação governamental, mas também a garantia dos direitos dos cidadãos e a preservação das instituições democráticas. Nesse contexto, a Associação dos Arquivistas Brasileiros tem uma significativa representatividade perante a sociedade e o Estado, já que, única em nosso Brasil, sua atuação é voltada para o fortalecimento da profissão de arquivista, em benefício do país e da sociedade em geral.

O XI Congresso Brasileiro de Arquivologia cumpriu seus objetivos. Nossos colegas congressistas que dele participaram demonstraram um alto nível de interesse, compatível com sua busca de capacitação e qualificação profissional. De braços abertos para os estudantes de Arquivologia, a Associação dos Arquivistas Brasileiros registrou um número considerável de estudantes vindos das Universidades de Santa Maria, Brasília, UNI-RIO e UFF.

Além das Comissões que constituíram a Comissão Organizadora do XI Congresso Brasileiro de Arquivologia, aos membros da Diretoria da AAB muito se deve o seu êxito, já que, coesos e comprometidos a trabalhar em conjunto, lidando com desafios que muitas vezes lhes pareceram insuperáveis, conseguiram, mais uma vez, firmar os elevados ideais da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

O Museu do Índio apóia esta publicação.

## CITRA Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos

Durante o XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em 1996 na China, a CITRA apresentou seu programa de trabalho para o período 1997 a 1999, cujo tema geral será: Acesso à informação: aspectos legais, desafios tecnológicos e questões de preservação.

Com esse tema a CITRA pretende discutir os seguintes pontos:

- Aspectos legais: regulamentos e legislação nacionais e internacionais (arquivísticos e outros), acesso governamental à informação contida em arquivos públicos e privados e proteção à informação de cunho pessoal;

- Desafios tecnológicos: impacto na gestão do acesso arquivístico à informação processada por computador;

- Questões de preservação do suporte e da informação no contexto da diversidade do avanço tecnológico.

De acordo com a programação trienal da Citra, a 1ª reunião será realizada no período de 22 a 27 de setembro de 1997, em Edinburgo, Escócia, e o tema será: Acesso à informação: aspectos legais.

## 5ª Conferência Européia de Arquivos

A Associação Catalã de Arquivistas, apoiada por um comitê internacional, promoverá a 5ª Conferência Européia de Arquivos a ser realizada em Barcelona, Espanha, no período de 27 a 30 de maio de 1997.

A Conferência terá como tema "A volta às questões básicas da profissão" e abordará os seguintes pontos:

- Preservação e conservação: uma análise dos problemas e soluções;

- O princípio da proveniência e os procedimentos técnicos comuns nas atividades de identificação, seleção e descrição;

- Arquivos e seus usuários.

Maiores informações poderão ser obtidas no seguinte endereço:

Ultramar Express, S.A.  
Congress Organization  
C/ Diputació, 238 - 3º 08007 -  
Barcelona

Tel.: (343) 4827140 - (343)  
4827150 - Fax: (343) 4827158

## Recomendações do XIII Congresso Internacional de Arquivos

Tradução do texto em inglês: Rosely Curi Rondinelli

Revisão: Clotilde Marques

O XIII Congresso Internacional de Arquivos, o último dos anos 1900 e o primeiro a ser realizado fora da Europa e da América do Norte, oferece uma oportunidade ideal para que a profissão, num nível internacional, veja os arquivos sob a perspectiva de um novo milênio, e faz as seguintes recomendações:

### Cooperação Internacional

Muitos objetivos arquivísticos só podem ser alcançados através da cooperação entre arquivos e em parceria com diferentes organizações;

Os recursos, humanos e financeiros, empregados num esforço cooperativo excedem aqueles que só podem ser utilizados por um único país;

Além dos benefícios tangíveis provenientes da cooperação, os resultados intangíveis são um entendimento compartilhado das questões arquivísticas em âmbito internacional e uma apreciação das diversas e complexas tradições nacionais.

E, assim sendo, o XIII Congresso Internacional de Arquivos, aplaudindo os esforços de colaboração já empreendidos, recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos:

1. Continuar reconhecendo a importância da UNESCO no apoio aos arquivos e, registrando com satisfação que a UNESCO concedeu o status de "Relações Associadas" ao ICA em 1996, solicita que o Comitê Executivo apresente ao Diretor Geral da UNESCO uma apreciação sobre o Congresso.

2. Continuar cooperando estreitamente com o Conselho da Europa nos esforços para modernizar e democratizar os arquivos da Europa Oriental e Central.

3. Fortalecer atividades futuras em parceria com organizações não-governamentais e, em particular:

- a. desenvolver com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA) as atividades conjuntas descritas no documento conhecido como Agenda de Beijing;

- b. desenvolver atividades conjuntas com a ARMA Internacional, a International Records Management Trust e outros órgãos, em reconhecimento ao rápido desenvolvimento da área de gestão da informação, da qual a gestão de documentos e os arquivos administrativos são partes integrais e integrantes;

- c. cooperar com organizações cujas áreas de especialização são correlatas, tais como a Associação Internacional de Arquivos Sonoros, a Federação Internacional de Arquivos de Televisão e a Federação Internacional de Arquivos de Filmes, desenvolvendo estratégias para a harmonização de programas como padronização de descrição e treinamento técnico.

4. Promover a cooperação intra e inter-regional, com ênfase especial na cooperação entre parceiros e regiões do hemisfério sul, e buscar meios de incentivar iniciativas que visem superar a escassez de recursos dos parceiros.

5. Declarar que os documentos de organizações internacionais, governamentais e não-governamentais, os quais são vitais para o entendimento do mundo na segunda metade do século XX, precisam de atenção redobrada, especialmente no que diz respeito à avaliação e acesso, e fortalecer as relações de cooperação com a Comissão de História de Relações Internacionais, para assegurar que as necessidades dos usuários recebam atenção adequada no desenvolvimento de programas arquivísticos para organizações internacionais.

### Proteção à Herança Arquivística

Perigos graves são apresentados aos arquivos através de conflitos armados, crises políticas e econômicas e desastres naturais ou provocados pelo homem.

Nenhum país está imune a esses perigos, o que torna óbvio o interesse de todos os arquivos em facilitar os meios de uma cooperação internacional para minimizar os danos por eles causados.

Arquivos representam a herança compartilhada de nossos povos e, quer em tempos de conflito, quer em tempos de paz, o primeiro dever do arquivista é assegurar a proteção aos arquivos e sua disponibilidade de acesso.

E, assim sendo, o XIII Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos:

6. Reiterar a resolução da CITRA de 1995, em Washington, e incitar os arquivistas, em particular os chefes de arquivos nacionais e presidentes de associações profissionais, a apelar a seus governantes para

que assinem, se eles ainda não o fizeram, a Convenção de Haia e o Protocolo de 1954 para a proteção da propriedade cultural em caso de conflito armado; apressar a implementação da Convenção através de meios e instituições apropriadas e monitorar ativamente qualquer revisão da Convenção.

7. Participar ativamente, com o International Council of Museums (ICOM), o International Council of Museums and Sites (ICOMOS) e a IFLA, do trabalho do International Committee of the Blue Shield, o qual destina-se à proteção da herança cultural, da qual a herança documental é parte essencial.

8. Dar prioridade à preparação de um estudo sobre administração de arquivos em tempos de conflito, com ênfase na necessidade de prover o pessoal civil e militar de instruções sobre proteção e evacuação de arquivos.

9. Cooperar com órgãos intergovernamentais no sentido de facilitar acordos bilaterais sobre disputa de arquivos.

### Padronização

A globalização da informação requer que os arquivistas desenvolvam métodos cooperativos de gestão da informação.

O desenvolvimento e a manutenção de práticas de padronização beneficiam arquivistas, governos e usuários, assegurando a compatibilidade e a circulação da informação no espaço e no tempo.

E, assim sendo, o XIII Congresso Internacional de Arquivos, aplaudindo o trabalho empreendido durante a década passada, recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos:

10. Estabelecer um corpo permanente dentro do ICA para dar continuidade ao trabalho de padronização na área de descrição arquivística, iniciado pelo ICA/DDS, e em particular:

a. assegurar que os dois modelos já publicados, ISAD (G) E ISAAR (CPF) sejam revistos à luz dos comentários advindos da comunidade arquivística internacional;

b. promover uma ampla distribuição e tradução desses modelos pelos membros do ICA e incentivar o treinamento apropriado do seu uso;

c. desenvolver outros modelos de descrição, sempre que requisitados, incluindo aqueles referentes a suportes não-tradicionais, em parceria com organizações internacionais apropriadas.

11. Considerar os mais efetivos meios para que o Conselho Internacional de Arquivos, em nome da comunidade arquivística internacional, patrocine e dissemine ativamente os resultados do trabalho de órgãos internacionais de padronização em áreas pertinentes à missão dos arquivos.

12. Identificar, através do trabalho de órgãos apropriados do ICA, as áreas nas quais outros modelos arquivísticos devem ser desenvolvidos, dando particular atenção ao uso de tecnologias como imagem digital de materiais arquivísticos, e criar condições para viabilizar tais modelos.

### Educação e Desenvolvimento Profissional

O conhecimento e as técnicas tradicionais próprias do arquivista devem ser empregados na identificação e preservação da informação de valor permanente, independente do suporte.

O conhecimento e as técnicas do arquivista são e devem continuar sendo relevantes para a sociedade.

A lacuna do conhecimento arquivístico entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento deve ser eliminada, e, no mínimo, não deve aumentar.

E, assim sendo, o XIII Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos:

13. Incentivar o estudo de arquivos como uma disciplina separada, ensinada em programas de educação formal, onde treinamento e pesquisa estejam estreitamente ligados, onde o papel essencial do arquivista dentro da área da gestão da informação seja enfatizado e onde os laços com outras profissões da informação sejam encorajados.

14. Promover o desenvolvimento da teoria e da prática arquivísticas, incentivando as Sucursais Regionais, as Seções e os Comitês do ICA a empreender iniciativas educacionais sempre que possível, estimular um debate amplo sobre o Código de Ética aprovado pela Assembléia Geral do ICA na sua XIII Seção e apoiar a adoção desses princípios.

15. Considerar a criação de uma força-tarefa para estabelecer uma cooperação entre as publicações arquivísticas, incluindo tradução e disseminação.

### Estruturas do ICA

As rápidas mudanças na profissão arquivística e o cenário em que esta se desenvolve requerem que o Conselho Internacional de Arquivos tenha uma estrutura forte e flexível para sustentar suas atividades atuais e futuras.

O crescente interesse no Conselho Internacional de Arquivos e nas atividades arquivísticas internacionais em geral, demonstrado pelos mais de 2.600 arquivistas reunidos neste Congresso em Beijing, requer que o ICA reflita sobre a maneira como esses arquivistas podem participar mais amplamente de suas atividades.

O ICA e suas Sucursais, Seções e Comitês precisam descobrir novos meios para dirigir o desenvolvimento dos trabalhos arquivísticos, encontrar fundos para tratar e avaliar novas iniciativas e assegurar que a superposição e a duplicação de atividades serão evitadas.

E, assim sendo, o XIII Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos:

16. Solicitar que o Comitê Executivo crie mecanismos que promovam o aumento da cooperação dentro das Sucursais Regionais do ICA e do European Board e considere se a criação de subestruturas em algumas regiões facilitaria o desenvolvimento de programas arquivísticos.

17. Intensificar o uso do World Wide Web para, através dessa ferramenta, divulgar as atividades do ICA, compartilhar publicações e serviços de informação, promover o debate e informar os arquivistas sobre novas técnicas.

### Moções Especiais

18. O XIII Congresso Internacional de Arquivos expressa sua gratidão a todas as organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, que sustentaram a implementação do programa do ICA durante os últimos anos: a UNESCO, o Council of Europe, l'Agence de Coopération Culturelle et Technique, BIEF, autoridades arquivísticas nacionais da Áustria, Brunei, Darrusalam, Canadá, França, Alemanha, Grécia, Itália, México, Países Baixos, Nigéria, Espanha, Suécia, Suíça, Tunísia, Reino Unido e Estados Unidos, German Foundation for International Development, Canadian International Development Agency, International Development Research Centre, Montreal Congress Corporation, International Records Management Trust, as autoridades municipais de Brazzaville e Budapeste, Conrad Adenauer Mellon, Gladys K Delmas, Rockefeller and Sorros Foundations, National Endowment for the Humanities e l'Association Barocco.

19. O XIII Congresso Internacional de Arquivos registra seus agradecimentos aos palestrantes e a todos os colegas que proporcionaram estimulantes debates sobre questões profissionais.

20. O XIII Congresso Internacional de Arquivos declara sua profunda gratidão ao Governo da República Popular da China, à Municipalidade de Beijing, ao Diretor Geral do Arquivo Estadual e sua equipe, aos Arquivos Centrais, ao Comitê Organizador do Congresso, bem como à sua equipe e aos voluntários, pela preparação esplêndida, organização detalhada e hospitalidade soberba do XIII Congresso Internacional de Arquivos.

George Nichols

Presidente do Comitê de Resoluções

7 de setembro de 1996

# XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA.....



Rio de Janeiro, 21 a 25 de outubro de 1996

## MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES

### Moções:

- Agradecimento à Presidente da AAB pelo apoio que o Comitê de Paleografia e Diplomática obteve para a realização do III Encontro de Paleografia e Diplomática;
- Agradecimento ao XI Congresso Brasileiro de Arquivologia pela promoção do IV Seminário de Arquivos Universitários;
- Homenagem especial à arquivista Maria Amélia Porto Miguéis.

### Recomendações:

- Que no âmbito do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1998, seja realizado o II Seminário de Ensino e Pesquisa.
- Que os professores dos cursos universitários de Arquivologia constituam um grupo de trabalho para reflexão e aprofundamento dos debates relativos a um novo projeto pedagógico para a formação de arquivistas.
- Que os eventos da área estimulem a discussão sobre o ensino e a pesquisa em Arquivologia.

- Que os cursos de Arquivologia ampliem o rol de disciplinas da área de Administração, adequando os conteúdos programáticos dessas disciplinas às necessidades do exercício profissional dos arquivistas.
- Que o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, responsável pela política nacional de arquivos, desenvolva esforços no sentido de incluir a área de arquivos no Grupo de Trabalho de Bibliotecas e Museus, do Comitê Gestor da INTERNET, ou de propor a criação de um GT específico para arquivos.
- Que seja constituído um Grupo de Trabalho, articulado pelo Arquivo Nacional e pela AAB, com vistas ao desenvolvimento da Bibliografia Brasileira em Arquivologia.
- Que seja criado, na AAB, um Comitê de Arquivos Universitários para atuar como fórum aglutinador dos interesses dos profissionais que atuam nesse setor.
- Que a AAB encaminhe à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do deputado Paulo Mello, o abaixo-assinado dos arquivistas e outros profissionais das áreas de informação e documentação, participantes do XI Congresso Brasileiro de Arquivologia, solicitando a agilização do projeto de lei que cria o cargo de arquivista no plano de carreiras da administração pública estadual.

- Que os arquivos públicos brasileiros implementem políticas de gestão documental com vistas à racionalização e à transparência administrativa, bem como à preservação da memória.
- Que o Arquivo Nacional, a AAB e os coordenadores dos cursos de Arquivologia, no Brasil, se dirijam ao Conselho do Mercosul para que se planeje um programa de arquivos nos moldes do elaborado pelo Conselho da Comunidade Européia, em 1994.

### Recomendações do Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais

Considerando,

- que o Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais é uma entidade civil de direito privado, sem vínculo político-partidário, sem fins lucrativos, atuante em todo o território nacional;
- que o Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais é órgão integrante do Conselho Nacional de Arquivos;
- que o Fórum é composto de pessoas que atuam ou têm interesse no campo da Arquivologia e sua aplicação nos Arquivos Municipais;
- que constituem objetivos fundamentais do Fórum, dentre outros, incentivar e orientar a criação, a organização e a manutenção de Arquivos Municipais, cadastrar as instituições arquivísticas municipais existentes no território nacional, contribuir para a implantação de política de gestão de documentos e de informação arquivística; o Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais apresenta três recomendações:
- que as instituições, às quais sejam encaminhadas as moções e recomendações deste XI Congresso Brasileiro de Arquivologia, sejam esclarecidas de que o Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais é o interlocutor dos Arquivos Municipais junto ao Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ e ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA, para a implantação de políticas de gestão de documentos no âmbito municipal;
- que o Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, a Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB e seus Núcleos Regionais, o Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais, o Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais, as instituições arquivísticas e as Universidades empreendam uma ação conjunta no sentido de estimular e colaborar com a implantação de políticas de gestão de documentos nos municípios brasileiros;
- que a AAB realize gestões para integrar o Comitê Gestor da Internet no Brasil.

### COMUNICAÇÃO

O Fórum de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais e o Fórum de Dirigentes de Arquivos Municipais, reunidos durante o Congresso, deliberaram que será realizada, no mais breve espaço de tempo, uma reunião conjunta para um exame mais amplo de questões referentes à manutenção da integridade dos acervos documentais dos arquivos públicos brasileiros.

Para tanto será solicitada a participação do Conselho Nacional de Arquivos, como órgão normatizador das políticas arquivísticas do país, e da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB.

### COMITÊ EXECUTIVO DO CIA ELEIÇÕES 1996-2000

A presidente da AAB, Lia Temporal Malcher, foi eleita para o Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos para assuntos da América Latina e do Caribe, como suplente de Patrícia Galeana, Diretora do Arquivo Nacional do México (quadriênio 1996-2000), durante a Assembléia Geral do CIA, realizada em setembro deste ano, em Beijing, China, por ocasião do XIII Congresso Internacional de Arquivos.

.....

### Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa - 1997 Concurso de Monografias

Com o objetivo de difundir o seu acervo, o Arquivo Nacional promove bianualmente o concurso de monografias, de âmbito nacional, que confere aos vencedores o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa. Com tema de livre escolha do candidato, desde que referenciado nas fontes documentais do Arquivo Nacional, o concurso destina-se a cidadãos brasileiros ou estrangeiros com nível superior.

Maiores informações com:

Rosina Iannibelli  
Chefe da Seção de Editoração e Divulgação do Arquivo Nacional  
R. Azeredo Coutinho, 77 - s/303 - Centro  
CEP 20230-170 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 232-6938  
Telefax: (021) 224-4525

.....

### PUBLICAÇÕES

Durante o XI Congresso Brasileiro de Arquivologia foram lançadas as seguintes publicações:

1. Dicionário de Terminologia Arquivística  
Coordenação: Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto  
Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura - Departamento de Museus e Arquivos - 1996
2. A Informação e os Arquivos: Teorias e Práticas. Luís Carlos Lopes. EDUFF - 1996
3. Arquivo & História. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro - nº 2 - out. 1996

# Código de Ética

## Apresentação

A Seção de Associações de Profissionais - SPA do Conselho Internacional de Arquivos - CIA, em 1991, deu início aos estudos de um texto que bem expressasse e definisse os parâmetros de comportamento do arquivista, em consonância com preceitos éticos e morais, quando no exercício de suas atividades profissionais.

No decorrer desses últimos cinco anos, o texto do Código de Ética recebeu inúmeras sugestões por parte das associações filiadas, sofrendo várias emendas e alterações. Finalmente, por ocasião do XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em setembro de 1996, em Beijing, o texto final foi aprovado pelo Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, durante a Assembléia Geral, realizada nos dias 4, 6 e 7 de setembro de 1996.

À Associação dos Arquivistas Brasileiros cabe, portanto, divulgar, para conhecimento e reflexão, o pensamento do referido Comitê Executivo do CIA sobre ética na área da arquivística.

*Lia Temporal Malcher*  
Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

## Código de Ética

### Introdução

01. Um código de ética dos arquivistas tem por finalidade fornecer à profissão arquivística regras de conduta de alto nível. Ele deve sensibilizar os novos membros da profissão a essas regras, lembrar aos arquivistas experientes suas responsabilidades profissionais e inspirar ao público confiança na profissão.
02. O termo "arquivista", tal como é usado neste texto, se aplica a todos aqueles que têm a responsabilidade de controlar, vigiar, tratar, guardar, conservar e administrar os arquivos.
03. As instituições empregadoras e os serviços de arquivos são encorajados a adotar políticas e práticas que permitam a aplicação deste código.
04. Este código destina-se a oferecer um quadro ético de conduta aos membros da profissão, não se aplicando a soluções específicas de problemas particulares.
05. Todos os artigos são acompanhados de comentários, desenvolvendo e ilustrando o princípio enunciado; artigos e comentários formam um todo e assim constituem o texto completo do código.
06. A aplicação do código depende da boa vontade das instituições de arquivos e das associações profissionais. Ela pode ser

feita indiretamente através do estabelecimento e do uso de procedimentos para sugerir orientações, em casos de dúvida, examinar condutas contrárias à ética e, se for necessário, aplicar sanções.

### Texto

**1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado.**

O primeiro dever dos arquivistas é o de manter a integridade dos documentos que são valorizados por seus cuidados e sua vigilância. No cumprimento desse dever, eles consideram os direitos, algumas vezes discordantes, e os interesses de seus empregadores, dos proprietários, das pessoas citadas nos documentos e dos usuários, passados, presentes e futuros. A objetividade e a imparcialidade dos arquivistas permitem aquilatar o grau de seu profissionalismo.

Os arquivistas resistem a toda pressão, venha ela de onde vier, visando manipular os testemunhos, assim como dissimular ou deformar os fatos.

**2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interrelações originais.**

Os arquivistas agem em conformidade com os princípios e as práticas geralmente reconhecidos. No cumprimento de sua missão e de suas funções, os arquivistas se pautam pelos princípios arquivísticos que regem a criação, a gestão e a escolha da destinação dos arquivos correntes e intermediários, a seleção e a aquisição de documentos com vistas ao seu arquivamento definitivo, a salvaguarda, a preservação e a conservação dos arquivos que estão sob sua guarda, e a classificação, a análise, a publicação e os meios de tornar os documentos acessíveis. Os arquivistas fazem a triagem dos documentos com imparcialidade, fundamentando seu julgamento em um profundo conhecimento das exigências administrativas e das políticas de aquisição de suas instituições. Eles classificam e analisam os documentos escolhidos para serem retidos, de acordo com os princípios arquivísticos (em particular o princípio de proveniência e o princípio de classificação original) e as normas reconhecidas universalmente, tudo isto tão rapidamente quanto possível. Os arquivistas têm uma política de aquisição de documentos conforme os objetivos e os recursos de suas instituições. Eles não buscam ou não aceitam aquisições, quando elas se constituem em perigo para a integridade ou a segurança dos documentos; eles se dispõem a cooperar para que os documentos sejam conservados nos serviços mais adequados. Os arquivistas favorecem o retorno dos arquivos públicos a seus países de origem, quando eles tenham sido sequestrados em tempo de guerra ou de ocupação.

**3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.**

Os arquivistas agem de modo que o valor arquivístico dos documentos, neles compreendidos os documentos eletrônicos ou informáticos, não seja diminuído pelos trabalhos arquivísticos de triagem, de classificação e de inventário, de conservação e de pesquisa. Se eles devem proceder a amostragens, eles fundamentam sua decisão sobre métodos e critérios seriamente estabelecidos. A substituição dos originais por outros suportes é decidida considerando-se seus valores legais, intrínsecos e de informação.

Quando os documentos excluídos da consulta tenham

sido retirados momentaneamente do dossiê, o usuário deve ser notificado.

#### **4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.**

Os arquivistas dirigem sua reflexão sobre a triagem dos documentos a serem conservados ou eliminados, prioritariamente, em função da necessidade de salvaguardar a memória da atividade da pessoa ou da instituição que os produziu ou acumulou, mas igualmente em função dos interesses evolutivos da pesquisa histórica. Os arquivistas têm consciência de que a aquisição de documentos de origem duvidosa, mesmo de grande interesse, é de natureza a encorajar um comércio ilegal. Eles prestam sua colaboração a seus colegas e aos serviços pertinentes para a identificação e a procura das pessoas suspeitas de roubos de documentos de arquivos.

#### **5. Os arquivistas se responsabilizam pelo tratamento dos documentos e justificam a maneira como o fazem.**

Os arquivistas se preocupam não somente com o recolhimento dos documentos existentes, mas também cooperam com os gestores de documentos de maneira que, nos sistemas de informação e arquivamento eletrônico, sejam levados em conta, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção de documentos de valor permanente. Os arquivistas, quando negociam com os serviços responsáveis pela guarda ou com os proprietários de documentos, fundamentam sua decisão, em tal circunstância, considerando os seguintes elementos: autorização de recolhimento, doação ou venda; negociações financeiras; planos de tratamento; direitos de reprodução e condições de acessibilidade. Eles guardam um registro escrito de entrada de documentos, de sua conservação e de seu tratamento.

#### **6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.**

Os arquivistas produzem instrumentos de pesquisa gerais e específicos adaptados às exigências, para a totalidade dos fundos que têm sob sua guarda. Em todas as circunstâncias, eles oferecem pareceres com imparcialidade e utilizam os recursos disponíveis para fornecer uma série de opiniões equilibradas. Os arquivistas respondem com cortesia, e com a preocupação de ajudar, a todas as pesquisas razoáveis referentes aos documentos dos quais eles garantem a conservação e encorajam sua utilização em grande número, dentro dos limites impostos pela política das instituições das quais dependem a necessidade de preservar os documentos, o respeito à legislação e à regulamentação, aos direitos dos indivíduos e aos acordos com os doadores. Eles definem as restrições aos usuários eventuais e as aplicam com equidade. Os arquivistas desencorajam as limitações de acesso e de utilização dos documentos quando elas não são razoáveis, mas podem aceitar ou sugerir restrições claramente definidas e de uma duração limitada quando elas são a condição de uma aquisição. Eles observam fielmente e aplicam com imparcialidade todos os acordos firmados no momento de uma aquisição, mas, no interesse da liberação de acesso aos documentos, eles podem renegociar as cláusulas quando as circunstâncias mudam.

#### **7. Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.**

Os arquivistas se preocupam para que a vida das pessoas jurídicas e físicas, assim como a segurança nacional, sejam protegidas, sem que haja necessidade de se destruir as informações,

sobretudo no caso dos arquivos informatizados, onde os dados podem ser deletados e novos dados inseridos, como é prática corrente.

Os arquivistas defendem o respeito à vida privada das pessoas que estão ligadas à origem ou que são a própria matéria dos documentos, sobretudo daquelas que não foram consultadas quanto à utilização ou ao destino dos documentos.

#### **8. Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.**

Os arquivistas se absterem de toda atividade prejudicial à sua integridade profissional, à sua objetividade e à sua imparcialidade.

Os arquivistas não tiram de suas atividades nenhuma vantagem pessoal, financeira ou de qualquer outra ordem que possa resultar em detrimento das instituições, dos usuários e de seus colegas. Os arquivistas não colecionam pessoalmente documentos originais nem participam de um comércio de documentos em sua área de jurisdição.

Eles evitam as atividades que possam criar no espírito do público a impressão de um conflito de interesses. Os arquivistas podem explorar os fundos arquivísticos de sua instituição para fins de pesquisa e de publicações pessoais, desde que tal trabalho seja conduzido de acordo com as mesmas regras impostas aos demais usuários. Eles não revelam nem utilizam, nos fundos arquivísticos, onde o acesso é limitado, as informações obtidas em seus trabalhos. Eles não permitem que suas pesquisas pessoais ou suas publicações interfiram com as tarefas profissionais ou administrativas para as quais foram contratados. No que concerne à exploração de seus fundos arquivísticos, os arquivistas não utilizam seu conhecimento das descobertas feitas por um pesquisador, ainda não publicadas por ele, sem adverti-lo de sua intenção de tirar partido delas. Os arquivistas podem criticar e comentar os trabalhos afins a suas áreas de pesquisa, aí compreendidos os trabalhos baseados nos fundos que se acham sob sua guarda. Os arquivistas não permitem a pessoas estranhas à sua profissão interferirem em suas práticas e obrigações.

#### **9. Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência.**

Os arquivistas se esforçam para desenvolver seu saber profissional e seus conhecimentos técnicos e contribuir para o progresso da Arquivologia, zelando para que as pessoas, cuja formação e orientação estejam sob sua responsabilidade, exerçam suas tarefas com competência.

#### **10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.**

Os arquivistas procuram estimular a colaboração e evitar conflitos com seus colegas, resolvendo suas dificuldades pelo encorajamento ao respeito às normas arquivísticas e à ética profissional. Os arquivistas cooperam com os representantes das profissões paralelas dentro de um espírito de respeito e de compreensão mútua.

Tradução do texto francês  
*Lia Temporal Malcher*

Revisão  
*Clotilde Marques*



XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS



MUSEU DO ÍNDIO

Rua das Palmeiras, 55 Botafogo Rio de Janeiro RJ CEP 22 270-070  
 Telefax: (021) 286-8899 e-mail: museudoindio@ax.apx.org.br  
<http://www.ibase.org.br/~museudoindio> VISITE A LOJA ARTÍNDIA

**ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**  
**Diretoria da AAB - Biênio 1995 - 1997**



*Presidente*  
 Lia Temporal Malcher

*Vice-Presidente*  
 Eliana Resende Furtado de  
 Mendonça

*1ª Secretária*  
 Laura Regina Xavier

*2ª Secretária*  
 Clotilde Marques

*1º Tesoureiro*  
 Sergio Duayer Hosken

*2º Tesoureiro*  
 João Eurípedes F. Leal

*Redatora chefe*  
 Rosely Curi Rondinelli

*Projeto gráfico*  
 Daniela S. de Oliveira

*Revisão de texto*

Clotilde Marques  
*Digitação*  
 Laura Regina Xavier

**ASSOCIAÇÃO  
 DOS ARQUIVISTAS  
 BRASILEIROS**

Rua da Candelária, 9-sala 1004  
 Rio de Janeiro - RJ  
 CEP 20091-020  
 Telefax: (021)233-7142